



O REGIME MILITAR A PARTIR DA ANÁLISE COMPARATIVA DAS OBRAS: PROJETO BRASIL NUNCA MAIS E BRASIL SEMPRE

Gabriela Villanova
Luis Antonio de Oliveira
Matheus Bello Corrêa
Miguel dos Santos¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar comparativamente duas obras acerca do período no qual o regime militar se estabeleceu no Brasil, a partir de 1964. Para isso buscamos duas abordagens distintas sobre o período: Projeto Brasil Nunca Mais e Brasil Sempre, escritas em meados da década de 1980, momento em que o país ainda vivia sobre a sombra da ditadura militar, e que trazem abordagens muito díspares sobre esse momento da história do Brasil.

Palavras-Chave: Regime Militar. Brasil nunca mais. Brasil sempre.

Introdução

O regime militar instaurado no Brasil após 1964 foi um período de profundas mudanças para o país. Muitos foram os autores que escreveram sobre esse momento. Nesse sentido, procuramos ponderar duas obras² acerca do regime militar. Analisaremos nesse artigo duas visões distintas sobre um mesmo período.

O Projeto Brasil: Nunca Mais (PBNM), de autoria desconhecida, prefaciado pelo então Cardeal-Arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns e pelo ex-secretário geral do Conselho Mundial de Igrejas, o suíço Philip Potter, foi elaborado a partir dos processos políticos que transitaram pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, especialmente aqueles que atingiram a esfera do Superior Tribunal Militar. Esse projeto foi organizado por setores da Igreja Progressista e entidades que se dedicavam à defesa dos direitos humanos. Teve como propósito denunciar os abusos cometidos pelos governos militares aos indivíduos que se opuseram as práticas do regime.

O livro Brasil Sempre (BS) foi escrito em 1986 por Marco Pollo Giordani, membro do exército brasileiro, natural do Rio Grande do Sul, com o propósito de negar as acusações proferidas no PBNM. O autor defendeu abertamente a atuação dos governos militares como

¹ Acadêmicos do 8º semestre de História da FAPA.

² ARNS, Paulo Evaristo. Projeto Brasil, Nunca Mais. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 1985; GIORDANI, Marco Pollo. Brasil Sempre. Porto Alegre: Tchê, 1986.

mantenedores da ordem nacional, criticando assim a atuação dos setores de esquerda, principalmente os vinculados ao comunismo internacional e, ao mesmo tempo, justificando a consolidação do regime como única alternativa viável para estabilidade do país nas diferentes esferas: política, econômica e social.

Dessa forma, busca-se com o presente artigo, a analisar comparativamente as obras já citadas considerando os seguintes aspectos: entendimento do Estado, as organizações de esquerda envolvidas no processo e a violência do período.

Entendimento do Estado

Os autores têm compreensões totalmente distintas quando se referem ao regime estabelecido após 1964. Para os proponentes do PBNM, uma ditadura militar. Já Marco Pollo Giordani, um governo revolucionário democrático.

De acordo com o PBNM tratou-se de um regime político opressor, autoritário e corrupto. Ao abortar as chamadas Reformas de Base, pautadas pelo governo de João Goulart, os governos militares propuseram uma nova perspectiva política e econômica para o Brasil, sobretudo, ao que diz respeito às relações internacionais.

A ruptura de abril de 1964 resultou no arquivamento das propostas nacionalistas de desenvolvimento através das Reformas de Base. A partir daí, foi implantado um modelo econômico que, alterado periodicamente em questões de importância secundária, revelou uma essência que pode ser resumida em duas frases: concentração da renda e desnacionalização da economia. [...] A desnacionalização implicou na abertura de todas as portas para o capital estrangeiro: estímulo creditício e fiscal para a implantação de multinacionais no Brasil, facilitação de remessa de lucros e vistas grossas diante das fraudes para burlar os controles legais, permissão para a compra de terras por grupos estrangeiros, e endividamento externo. (PBNM, p. 60, 1985)

O chamado “milagre econômico” é radicalmente criticado pelo PBNM. Segundo os autores, o desenvolvimento econômico favoreceu somente a elite, através da concentração de renda e foi possibilitado devido ao grande achatamento salarial imposto a classe trabalhadora, como também a abertura ao capital externo, aspecto este característico dos governos militares.

A alternativa dos militares para as reformas sociais era uma modernização conservadora para afastar a pressão das massas e permitir a expansão da economia associada a maiores liberdades para o capital externo, afirma Barros³.

O PBNM defende que para a aplicação desse modelo de Estado foi necessário que os militares alterassem as relações de força entre os três poderes: Executivo, Legislativo e

³ BARROS, Edgard Luiz de. Os governos militares. São Paulo: Contexto, 1998.

Judiciário. Sendo assim, o Executivo passa a impor as ações através dos Atos Institucionais. Essas modificações implementadas fizeram com que o Executivo se fortalecesse e minimizasse a atuação dos outros poderes, porém não os excluindo, como forma de manter um “disfarce democrático”.

A Lei de Segurança Nacional, pilar de sustentação do regime militar é abordada no PBNM como sendo uma lei de segurança para o regime, proibindo e reprimindo os movimentos sociais de contestação (PBNM,1985: 75).

Giordani justifica a revolução democrática levada a cabo pelos militares, trazendo a idéia de que diversos segmentos sociais, inclusive a Igreja, apoiaram a ascensão dos militares ao poder.

Em todas as ocasiões, no entanto, souberam nossas gloriosas Forças Armadas neutralizar tão nefastas investidas. Procuram agora inocular nas novas gerações um sentimento anti-militar. Tentam, por todos os meios, imprimir às nossas Forças Armadas uma imagem antipovo, antibrasil. Dão-lhe caráter golpista e ditatorial, quando se sabe de maneira cristalina que a própria Igreja (a tradicional) e o próprio povo que a frutifica, saíram às ruas em passeatas impressionantes na Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, exigindo a imediata intervenção salvadora que viria a ser desencadeada há 31 de março de 1964. (GIORDANI, p. 74, 1986)

Para ele o verdadeiro poder do Estado reside nas Forças Armadas, cujo poder não pode ser fragmentado, pois essas forças devem estar unidas na defesa do país e, sobretudo, na defesa do povo brasileiro. O autor critica os intelectuais que defendem a idéia de que o povo foi oprimido, trazendo artigos da Constituição Federal, no qual diz que todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido (GIORDANI, p. 72, 1986).

O Estado é caracterizado como protetor do povo contra os elementos contrários a ordem social, mencionados pelo autor como subversivos e ligados ao comunismo internacional. Sua crítica mais contundente aos movimentos oposicionistas reside justamente na ligação que ele faz entre os comunistas e a sublevação das normas.

Sendo assim, os dois autores divergem consideravelmente nas suas análises. Enquanto para o PBNM o regime militar é visto como nefasto para sociedade brasileira, para Giordani, o poder político estabelecido após 1964 é mencionado como salvador de uma ordem social que estava comprometida devido à “ameaça vermelha”.

As organizações de esquerda envolvidas no processo

Foram várias as organizações contrárias ao regime militar. O PBNM as especificou uma a uma, incluindo suas dissidências e as novas configurações que se estabeleceram entre as

esquerdas, o que caracterizou a heterogeneidade da oposição à ditadura. Entretanto, tinham um inimigo em comum: o regime militar.

A partir dos processos estudados para a elaboração do PBNM, foi possível classificar a origem dos acusados pela Justiça Militar. As mais diversas organizações foram classificadas, desde as menos ofensivas até as guerrilhas armadas. Na sua grande maioria foram apontados os estudantes, profissionais liberais, indivíduos ligados a organizações vinculadas ao comunismo internacional, jornalistas e o setor progressista da Igreja Católica. Todos esses grupos tinham como tronco originário o PCB e adotavam uma orientação teórica marxista.

O PBNM mostrou-nos que nem todas as organizações contrárias ao regime militar empregavam a violência nas suas reivindicações, pelo contrário, eram movimentos de contestação a uma ordem social imposta e que só se passou a utilizar a luta armada a partir do momento no qual se esgotaram as possibilidades de diálogo frente à intransigência dos militares.

Os órgãos de segurança sempre argumentaram que sua violência era resposta a violência dos grupos de esquerda; este resumo permite mostrar que muitos dos partidos atingidos não advogavam o emprego de métodos militares. As autoridades do regime sempre aludiram a existência de uma ameaça real ao Estado, dado o poderio bélico dessas organizações postas na ilegalidade [...] (PBNM, 1985: 89).

O PBNM expôs um panorama geral do movimento contestatório e afirmou que a existência da violência por parte da oposição foi insignificante se comparada aos métodos repressivos de tortura indiscriminada utilizados pelos militares nos porões da ditadura.

Em BS, o autor não denomina os opositores do regime, mas enfatiza a periculosidade da ascendência do setor progressista da Igreja Católica, assim como do PCB e sua vinculação com o comunismo internacional. Para Giordani, as organizações de esquerda podem ser classificadas em dois grupos: o dos invejosos e o dos ignorantes. Sendo que os primeiros seriam aqueles que teriam como objetivos se apossar das coisas alheias e julgam necessário reparti-las com quem nada tem. Entre os segundos estaria a maioria da população brasileira.

[...] até que ponto podemos sonhar com uma nação poderosa e soberana, quando nos deparamos – por exemplo – com a realidade nordestina, cujas proles numerosas e famintas crescem aos milhões de brasileiros desnutridos? Interessa a quem, pergunto, essa multidão de crianças atrofiadas, com irreversíveis seqüelas cerebrais? Ao Brasil do ano 2000? Aos pregadores do Evangelho? A desculturação nacional? A perspectiva de uma convulsão social? Até que ponto podemos sonhar com uma estabilidade política- se de um lado arvoream-se os demagogos e enganadores da massa inculta, e, de outro, em vez de se buscar a erradicação do analfabetismo, incompreensivelmente estendesse aos analfabetos o “privilégio do voto”-

quando sabemos, por ilustrações vivas e recentes, que a maioria dos letrados vota mal? (GIORDANI, 1986: 65).

A única justificativa dada pelo autor em relação à atuação do regime militar frente aos movimentos de esquerda é o fato de que toda ação (subversivos) corresponde a uma reação (governo). Nesse aspecto ele enfatiza o caráter defensivo da reação dos militares diante do avanço dos movimentos sociais contestatórios.

Nesse aspecto analítico ficam evidentes as distinções entre os autores. O PBNM faz toda uma análise dos movimentos de esquerda e defende as suas formas de atuação enquanto contrários a um regime ditatorial e desumano, que empregou métodos de tortura indiscriminada, negando a sociedade o direito a democracia.

Já em BS o autor justifica a necessidade de um Estado forte, e que somente as Forças Armadas teriam condições de estabelecer a ordem e reprimir os ditos “terroristas”. Em uma análise antropológica, o autor desqualifica o povo brasileiro, indicando extratos inferiores da sociedade como incapazes, e que essa inferioridade se refletia nos próprios movimentos subversivos.

A violência do período

O PBNM foi organizado com objetivos claros de fazer referência as mais variadas formas de violência praticadas pelos militares, trazendo ao público, em forma de denúncia, os inquéritos da polícia militar que deram veracidade a agressão praticada pelo regime. Nesse sentido, foi buscada uma descrição mais apurada dos casos de tortura, descrevendo todas as formas de sevícias que foram utilizadas pelos torturadores durante a ditadura militar.

Um dos aspectos mais chocantes trazido pelo PBNM foi a forma com que se montou toda uma estrutura de violência. Dessa, faziam parte os militares, os agentes do Serviço Nacional de Informação, a Operação Bandeirantes, os segmentos empresariais, médicos que participavam das cenas de tortura, enfim, um aparato repressivo complexo e organizado, que tinha por finalidade aniquilar a ação dos movimentos contrários ao regime.

O emprego sistemático da tortura foi peça essencial da engrenagem repressiva posta em movimento pelo regime militar que se implantou em 1964. Foi, também, parte integrante, vital, dos procedimentos pretensamente jurídicos de formação da culpa dos acusados. A Justiça Militar brasileira, conforme demonstrado nessa pesquisa tinha plena consciência da aplicação rotineira de torturas durante os inquéritos, e ainda assim atribuía validade aos resultados destes, apoiando neles seus julgamentos. (PBNM, p. 203, 1985)

Segundo Barros, ao longo do tempo o Sistema Nacional de Informações tornou-se o mais poderoso órgão da política militar.

Envolveu uma rede de agentes, informantes e terroristas paramilitares, com centenas de milhares de pessoas. Anos após a sua implantação, o general Golbery do Couto e Silva, principal autor do decreto e primeiro chefe do SNI, lamentou-se, dizendo ter “criado um monstro” (BARROS, p. 23, 1998)

Fica evidente que Giordani não compactua com o conteúdo do PBNM, por ser este, na sua concepção, fruto do imaginário romântico dos autores, por estarem estes vinculados aos movimentos sociais contestatórios. Para ele não houve nenhum tipo de tortura, mas sim alguns pequenos exageros, principalmente nos primeiros anos de consolidação do processo revolucionário democrático. Defende que antes da criação do Sistema Nacional de Informação, foi necessário usar de métodos mais coercivos para a extração de informações, visto que a estrutura do governo militar não estava capacitada para agir contra o inimigo, inclusive afirmando que o movimento de esquerda estava mais organizado que a estrutura estatal.

Todo o meu ser se nega ao ato indigno e covarde da tortura. Digo isso com toda a sinceridade e com todo orgulho. [...] Tenho definitivamente como verdade que terrorista – quer da esquerda ou da direita – só entende a linguagem das armas. Apenas lamento pelos inocentes sacrificados devido a falta de um eficiente órgão de inteligência. (GIORDANI, P. 96, 1986)

Como membro do DOI-CODI, ele justifica a atuação deste órgão e diz nunca ter presenciado atos de tortura, inclusive negando sua existência como método de obtenção de informação.

Em seu livro ele traz uma lista contendo 99 nomes de pessoas que foram mortas pelos “terroristas” nas suas mais variadas ações, como assaltos a bancos, seqüestros, enfrentamentos com o regime, passeatas, etc. Nesse sentido, ele tenta demonstrar que a única violência praticada adveio dos terroristas de esquerda.

Logo, percebemos que há um abismo entre as ponderações dos autores, se por um lado o PBNM traz elementos comprobatórios das práticas de tortura aplicadas pelo regime militar, o BS nega com veemência esses feitos e justifica a ação mais contundente do regime como uma reação a violência praticada pelos organismos de esquerda.

Conclusão

A ditadura civil-militar instalada em 1964 deixou marcas profundas em nossa sociedade que perduram até nossos dias. As duas obras analisadas trazem importantes elementos de reflexão acerca desse período. Contudo, são duas ópticas completamente distintas.

Não há como negar o caráter parcial e tendencioso de ambas as obras. Se por um lado temos uma abordagem carregada de apologia à atuação da esquerda, por outro temos uma defesa irrefutável aos governos militares, o que denota uma abordagem de ideologias antagônicas. Percebemos que ao tratarem da análise de um período histórico recente, e de lados tão opostos, os autores escreveram, de forma sentimentalizada, a partir de suas experiências de vida, o que os torna também personagens dessa história.

Contudo, o PBNM dispõe de elementos que sustentam concretamente os fatos que pretende elucidar. As denúncias feitas a partir das análises dos inquéritos policial-militares comprovam as atrocidades cometidas pelos militares durante o período ditatorial. Elementos estes que faltam na abordagem de BS, por não trazer a luz documentos que comprovem sua teoria da não-tortura do período.

Giordani, ao elaborar BS teve a nítida intenção de desqualificar as denúncias oferecidas pelo PBNM, desmentindo-as. Além disso, sua maior preocupação foi criticar a atuação do comunismo internacional e a vinculação deste com a esquerda brasileira, ao invés de pontuar características do regime que contrariassem as afirmações do PBNM. Acreditamos que, ao silenciar fatos, a sua análise tornou-se limitada e pobre em argumentos refutativos. A forma preconceituosa como se referiu ao povo brasileiro em diversos momentos, só demonstrou a sua visão elitista, da qual faz parte a defesa de um projeto político que não contempla as camadas menos favorecidas da sociedade, pois em nenhum momento ele tratou de mostrar alternativas que visassem uma mudança social concreta.

Portanto, as análises apresentadas foram construídas a partir de visões distintas. Entretanto, ao analisarmos as duas obras percebemos que apesar dos antagonismos e da unilateralidade não há como sermos indiferentes a esse momento histórico. As análises tão contraditórias nos alertam para que não esqueçamos o que representou a ditadura militar para o país, sobretudo, para aqueles que sofreram as mais variadas torturas do regime.

Referências Bibliográficas

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1986

BARROS, Edgard Luiz de. Os governos militares. São Paulo: Contexto, 1998.

GIORDANI, Marco Pollo. Brasil sempre. Porto Alegre: Tchê, 1986.

